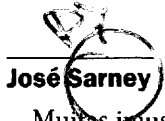


17 MAR 1992

## O servidor público



José Sarney

Muitas injustiças se têm cometido contra o funcionalismo público. Nenhuma delas maior do que a sua escolha como símbolos dos entraves e dificuldades por que passa o País. Vejo, com tristeza, as afirmações simplistas de que a crise nasce com e dentro do funcionalismo público. Não quero cometer o mesmo erro de avaliação, esquecendo o quanto empreguismo, as distorções, a instituição do pistolão e do apadrinhamento prejudicaram a própria imagem da classe.

Todo governo tentou, de algum modo, uma reforma administrativa. Hoje, com a experiência "do saber vivido", sei que reforma administrativa não se faz por lei ou decreto. Ela tem que ser um estado de espírito, um projeto de longo prazo, que possa mudar mentalidade, organizar carreiras, formar quadros, reciclar, treinar, racionalizar. Criamos a Escola Nacional de Administração, com esse objetivo, em convênio com a Escola Nacional de Administração da França. Ela foi implantada e diplomou a primeira turma. O novo governo julgou melhor fechá-la. O problema está na formação, e não no "demitir", no "diminuir vencimento", no "pôr em disponibilidade".

Estas considerações nascem da reflexão a respeito de uma declara-

ção duas vezes falsa que foi publicada, de que a crise nacional se deve aos 300 mil funcionários nomeados no governo Sarney.

Primeiro, durante os cinco anos de meu governo, o quadro do funcionalismo ficou estável. Em 1985, ao assumir a Presidência, havia, na administração direta, autarquias, fundações, órgãos autônomos, autarquias especiais e ministérios públicos da União, 689 mil 746 funcionários. Ao deixar o Governo, este número era de 694 mil 764. Embora o Brasil tenha crescido, de 1985 a 1989, 25 por cento em seu Produto Interno Bruto, a administração federal não teve acréscimo em seu pessoal. Existiam 270 mil 364 cargos vagos, que poderiam ser preenchidos, mas não o fizemos. Fomos mais longe: extinguímos 88 mil 554 cargos e empregos, que vagaram por aposentadoria e desligamento, só em 1988 e 1989. Em janeiro de 1990, com a lei nº 7.822/89, extinguímos 358 mil 918 vagas existentes e estabelecemos que, no futuro, só seria possível uma admissão para cada duas saídas, possibilitando o prosseguimento da política de enxugar a máquina.

Executou-se uma política austera de pessoal, sem demagogia, sem demissões nem disponibilidades, nem perseguições. Estes dados são do SUINPSRH/Seplan, e se encon-

tram à disposição de quem desejar consultá-los. Durante meus cinco anos, o funcionalismo teve a taxa de inflação recomposta e aumento real.

Então a crise brasileira não é do funcionalismo. Em vez de admissão de 300 mil, extinguímos 352 mil 918 cargos, que poderiam ser preenchidos. Não é no funcionalismo que está a crise nacional.

O pobre funcionário já levou o apelido de **Barnabé**, de pires na mão, sofredor, ganhando pouco e dele se exigindo muito. Houve tempo, na época de JK, em que se falava na **Maria Candelária**, tesoureira letra O, símbolo do pistolão. Virou até marcha de Carnaval. E continua a sofrer na aposentadoria.

Sempre se procurou desviar a crise nacional batendo no funcionalismo, esquecendo de que o projeto do Brasil moderno tem de passar por um modelo administrativo selecionado pelo mérito, um quadro pequeno mas preparado e ganhando para viver decentemente, isto é, respeitando o funcionalismo, responsável pela máquina estatal.

**Barnabé** e **Maria Candelária** não são os vilões do Brasil. Essa é uma afirmativa graciosa e agride os fatos.

■ José Sarney, presidente da República (1985-90), é senador pelo PMDB do Amapá